

AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

ESTUDO DE CASO: AUTISMO E INCLUSÃO

AUTOR: JAIRO BRITO DE LEÃO

AUTISMO E INCLUSÃO

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo de caso de dez adolescentes do público-alvo da educação especial com transtorno do espectro autista, sendo 6 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, frequentando do 1º ao 3º ano do ensino médio, onde apresenta uma grande dificuldade em seu processo de aprendizagem, de socialização e de aceitação dos profissionais da escola, devido a falta de conhecimento sobre como trabalhar o processo de desenvolvimento cognitivo com adolescentes com TEA. Tendo como objetivo observar as dificuldades dos alunos e elaborar um plano de AEE que atenda as suas necessidades, de modo que os adolescentes consigam superar as barreiras impostas pela escola comum do ensino regular. A metodologia utilizada foram observações em um período de um mês, ocorrendo quatro vezes por semana, sendo alternados em atendimentos individuais e em grupo na escola, sala de aula e recreação. O problema apresentado foi na Escola Estadual Paes de Carvalho, em Belém do Pará, onde os alunos com autismo em seu primeiro ano de ensino médio não conseguiam interagir na sala de aula com seus colegas e professores e a possível solução seria uma intervenção com a conscientização dos profissionais da escola e o encaminhamento dos adolescentes com TEA ao atendimento educacional especializado, onde seria construído um plano de AEE que atendesse às suas necessidades, com atendimentos individuais e coletivos onde trabalhamos as competências dos adolescentes com recursos pedagógicos lúdicos para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Introdução

Falar em incluir pessoas com necessidades especiais no âmbito escolar sempre foi tido como um grande desafio do sistema de educação brasileiro. Durante muito tempo aqueles que aparentavam ter sintomas de deficiências neurológicas ou físicas, eram impedidas de exercer o direito ao ensino e a aprendizagem em conjunto, porém tal quadro começa a ter alterações depois dos anos 1990, com a criação das primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB's), em 1961, posterior ao fim da ditadura militar brasileira, que tinha como objetivo a democratização do ensino.

Mesmo com a Lei tendo como objetivo o estabelecimento de um ensino democrático, comum a todos, é muito presente atualmente uma aversão por parte dos educadores que não possuem especialização em educação especial e das instituições de ensino quanto aos discentes e estrutura física, ofertando, por diversas vezes, uma educação com profissionais desqualificados e um ambiente não estruturado para receber os educandos com deficiência.

Dessa forma, refletir sobre as dificuldades é entender que mesmo que a lei exista há mais de 60 anos, ainda hoje existem resistência e incoerências no ato da educação inclusiva, pelo sistema educacional, na necessidade de formação e especialização de educadores para trabalhar com a diversidade e necessidades dos discentes.

Norteando esta pesquisa, cito as reflexões de PASIAN, MENDES E CIA (2016), para refletir sobre a formação do educador na educação especializada, levando em consideração a precisão de entender a importância do exercício pedagógico para discentes que atuam no ensino especializado. Sendo assim, para compreender que para a incluir pessoas com necessidades especiais é necessário não só no treinamento de educadores, assim como a contratação de profissionais do campo da educação especial e na construção de um espaço estruturado e especializado, o que segundo a lei, precisariam estar em integro funcionamento nos ambientes escolares, particulares ou públicas.

Segundo BATTISTI E HECK (2015), o estudo se prende ao entendimento do Autismo e da precisão de existir implicação não somente na escola, mas também da comunidade e familiar, afim de que exista continuação e garantia do acesso para autistas. Ainda, se fala o quão é importante as adaptações no currículo,

essenciais para uma melhoria no desenvolvimento educacional, tornando possível uma nova avaliação comportamental dos discentes, a estruturação adaptada do espaço escolar e sua contribuição à vida do adolescente com autismo.

Considerando o objeto de estudo, é preciso compreender o que é o transtorno de Espectro Autista (TEA). Trata-se a uma falha no sistema neurológico que atinge, entre outros pontos, o controle motor e a sensibilidade do adolescente referente às interações sociais. A atenção falha e de comunicação restrita são os sintomas mais perceptíveis. Pode-se notar os sinais já nos primeiros meses de vida, o que traz uma facilidade para a atuação médica a fim de melhorar o desenvolvimento do indivíduo com TEA.

O Transtorno Autista (TA) tem como característica um quadro clínico que há a prevalência de interação social deficiente, comportamentos não verbais e na comunicação, podendo haver anacronismo ou não existir linguagem verbal. Pode haver, também, ecolalia e uso de linguagem estereotipada. (KHOURY, 2014, P. 9).

Há a necessidade de considerar que os sintomas podem variar de acordo com cada indivíduo e idade, por existir uma variação dos graus, iniciando de um grau mais ameno para um mais grave, sendo assim, não existe uma forma geral de tratar indivíduos com Autismo, mas formas de perceber e entender como cada um se desenvolve.

No espectro do autismo pode existir diversos níveis de destreza com as linguagens verbal e visual, podendo variar de indivíduos com vocabulário e capacidade de expressão restrito, até indivíduos que se comunicam com agilidade, mesmo que as usem de formas incomuns para se expressar. Comumente, têm o hábito de falar exclusivamente de conteúdos que lhes interessam (hiper foco), também tendem a repetição de frases ou palavras de forma frequente e mecânica. (NUNES, p.07).

Posto isso, a formação do discente, independente da área em que atua, necessita voltar a atenção para inclusão de indivíduos com necessidades especiais. A formação precisa existir mesmo que não existam alunos com necessidades especiais na escola, dessa forma quando se fizer necessária a

especialização já existe. Além da capacitação de todos os profissionais da educação, é preciso ainda entender de que as instituições de ensino precisam ofertar salas de educação especializada para atendimento individual durante a escolarização dos indivíduos com necessidades especiais.

Esse estudo mostra o desafio da educação numa perspectiva inclusiva. No nosso caso, interessa pensá-la a partir dos sujeitos com autismo. Nesse cenário, perguntamos: como vem acontecendo a prática pedagógica no contexto da educação inclusiva em relação ao ensino de 10 alunos com autismo introduzidos na Escola Estadual Paes de Carvalho. Assim, temos como objetivo do estudo conhecer e refletir sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da escola comum com alunos com autismo e, ainda, de modo específico, identificar como é organizada a proposta de trabalho pedagógico para os alunos com autismo no contexto da inclusão e verificar a existência de ações formativas voltadas à qualificação da prática docente com vistas à inclusão escolar.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa realizada em uma escola localizada em Belém (PA).

O estudo se organiza em quatro capítulos. No primeiro, abordaremos as primeiras concepções sobre o Autismo e quem foram os primeiros a estudarem sobre este transtorno. No segundo capítulo iremos relatar sobre como se dá o diagnóstico sobre o sujeito com autismo e o trabalho de inclusão deste aluno no âmbito escolar, o terceiro capítulo relata O papel do educador perante a inclusão e a busca sobre uma forma mais adequada de intervenção e no quarto e último capítulo são as considerações finais e os resultados obtidos junto com as conclusões sobre as quais obtivemos através desta pesquisa.

Autismo

A carência de informação sobre o autismo gera pensamentos equivocados sobre o seu comportamento, causando aversão por parte dos indivíduos. Sendo assim, Orrú (2007, p.37) afirma que,

Quando as pessoas são questionadas sobre o autismo, geralmente são levadas a dizer que se trata de crianças que se debatem contra a parede, têm movimentos esquisitos, ficam balançando o corpo e

chegam até o dizer que é perigoso e precisam ficar trancados em uma instituição para deficientes mentais (ORRÚ, 2007, p.37).

Logo, faz-se indispensável um estudo mais detalhado do que realmente é o autismo de modo que a falta dessa informação não se transforme em aversão pelo indivíduo, já que, é um ser humano como qualquer outro, somente possui dificuldades e comportamentos diferentes, em decorrência do transtorno autista.

Tem-se conhecimento então que, o termo “autismo” vem da palavra grega “*autos*”, que significa “próprio”. Autismo significa de forma literal, viver em função de si mesmo (GÓMEZ; TERÁN, 2014, p. 447).

O Autismo é um transtorno global do desenvolvimento (TGD), pois é uma alteração que atinge várias aptidões como a comunicação, a socialização, e o comportamento do adolescente, fazendo parte de um grupo de síndromes, classificado pelo CID-10 e o (TID), transtorno invasivo do desenvolvimento, pois abrange inúmeras dificuldades no desenvolvimento humano. Contudo, o autismo ganhou um termo mais contemporânea (TEA) significando Transtorno do Espectro Autista, devido conglomerar a síndrome de Asperger, que já não é vista como uma especificação distinta (FONSECA, 2014).

Para que se tenha ciência do que é o autismo são imprescindíveis estudos sucessivos, levando em consideração a amplitude literária sobre o argumento e a seriedade da procura por novas alternativas de aprendizagem, assim como, também a capacidade de entender que se têm sempre conteúdos novos a se estudar.

O número de crianças com diagnóstico positivo para autismo tem aumentado de forma considerável, porém a ausência de um estudo mais detalhado em todos os países e especialmente nos estados brasileiros não afere um número exato sobre o contexto, porém ao se falando em local e maior número de indivíduos autistas “os Estados Unidos possuem o maior número de crianças com este diagnóstico, seguindo-se o Brasil, mais propriamente São Paulo, e depois São Luís do Maranhão” (CAVACO, 2014, p.41).

Com o aumento do Transtorno do Espectro Autista e suas diversas maneiras de apresentar-se, carece-se prestar atenção às características comportamentais.

Características do Comportamento

O autismo, sendo um transtorno, pode ser apresentar de várias formas, variando a maneira de se comportar de cada indivíduo, ou seja, não existe uma só forma do mesmo se mostrar, não existe uma só forma de conjunto de condutas, o que pode ser destacado em um indivíduo autista, pode não ser em outro.

Segundo Gómez e Terán (2014, p.480) os sintomas típicos do autismo são, “interação social limitada, problemas com a comunicação verbal e não verbal e com a imaginação, atividades e interesses limitados ou pouco usuais. Podem ter dificuldades em manter uma conversa ou olhar alguém diretamente nos olhos”.

De acordo com as pesquisas contemporâneas, a ideia de que o autismo é menos comum em meninas, sendo mais recorrente nos meninos não foi excluída, tais pesquisas seguem sendo de fundamental importância para que se possa chegar a estatísticas alusivas ao autismo no Brasil.

O Transtorno do Espectro Autista manifesta-se nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos. Trata-se de uma síndrome tão complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Tem em seus sintomas incertezas que dificultam, muitas vezes, um diagnóstico precoce (CUNHA, 2014, p.19).

Sendo assim, a genética é de extrema importância na manifestação do autismo, levando em consideração a porcentagem em sua possibilidade. Não é raro fazer confusão entre o autismo e a psicose infantil, contudo é preciso destacar suas diferenças. “Enquanto na psicose acontece a perda da realidade, no autismo há dificuldades no acesso a mesma” (GOMÉZ e TERÁN, 2014, p.455).

Sendo confundidos com esquizofrênicos e psicóticos “algumas vezes, os autistas são confundidos com pessoas surdas. Por meio de uma observação mais apurada, percebe-se que eles ouvem, mas não reagem aos estímulos” (LIMA, 2006, p.108).

Os sintomas variam amplamente, o que explica por que hoje referimo-nos ao Autismo como espectro de transtornos, essencialmente pela sua diversidade e complexidade de manifestações, desde o seu estado de isolamento total, ou um isolamento particular definido como um estar só no meio de muita gente, não interagindo, não estabelecendo relações sociais, demonstrando pensamento abstrato, ou capacidade de entender o que querem dizer, além do que as palavras evocadas possam realmente significar (CAVACO, 2014, p. 40).

Os estudiosos do assunto destacam, que todo esse leque de comportamento necessita de atenção, partindo da conjectura de que suas mostras demonstram sua particularidade.

Às vezes, embora a criança interaja bem com os outros, suas relações são superficiais, pois não se envolve pessoalmente nas situações de jogo e não chega a fazer amizades, evidenciando a falta de empatia. Por outro lado, há uma melhoria relativa nas áreas motora e linguística, o que pode confundir e dificultar o diagnóstico, motivo pelo qual é importante a avaliação no decorrer do tempo (GÓMEZ; TERÁN, 2014, p. 487).

Portanto, é muito importante a permanente avaliação durante as circunstâncias vividas, pois, apesar de não gerar relacionamentos, o autista apresenta melhora no seu desenvolvimento de forma geral quando apresentado a tais relações. “As manifestações do autismo variam intensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo” (CUNHA, 2014, p.26).

Diversas crianças diagnosticadas com Autismo podem não apresentar todos os sintomas característicos da deficiência até hoje identificados. Assim, muitas crianças podem evitar completamente o contato visual, enquanto outras crianças podem apresentar dificuldades menos acentuadas e não tão perceptíveis outras mais calmas e isoladas, outras hiperativas desenvolvendo diversas estereotipias (CAVACO, 2014, p. 42).

Contudo, certas crianças possuem os comportamentos mais comuns, enquanto outras manifestam em seu comportamento atributos diferentes em conjunto às outras características que ainda não foram estudadas.

Diante daquilo que se apresenta a um autista como novidade, mesmo sendo indiscutivelmente necessário para sua aprendizagem, é preciso ter cautela. O que é novo pode lhe gerar angústia e repulsa, por não compreender o motivo de tal imposição, pois tem uma síndrome comprometedora de sua função simbólica, agravante de alterações em sua comunicação. (ORRÚ, 2007, p.37)

Levando em consideração o desenvolvimento da aprendizagem como ponto fundamental para o autista, precisa-se lembrar que metodologias novas sem que seja introduzida de forma leve em seu cotidiano, se torna angustiante para o autista, já que, o mesmo precisa construir rotinas, ou seja, necessita de ações e objetos do seu convívio, entretanto sendo de fundamental importância que existam novas atividades para uma melhor desenvoltura no seu comportamento ante as ocasiões e para superar as dificuldades.

Ensinar rotinas e regras na família contribui para orientar a inclusão em distintos espaços sociais. Isto porque cada espaço social possui regras e normas próprias. Todavia, as rotinas precisam ser quebradas quando fomentam atitudes prejudiciais. Ao mesmo tempo em que é importante mantê-las, é importante também mudá-las, pois as mudanças fazem parte da vida cotidiana. (CUNHA, 2013, p.29)

Assim, da mesma forma que precisa-se manter as rotinas, existe a necessidade de fazer alterações nas mesmas assim que os indivíduos apresentarem comportamentos não adequados ao desempenha-las, ações que podem prejudicar o autista necessitam ser removidas e surge a precisão de adaptação às novas ações de maneira que não prejudique o mesmo, apresentando novas rotinas, cooperando dessa forma para um melhor convívio social.

Gómez & Terán (2014) falam que existem características comportamentais relacionadas ao desenvolvimento dos sentidos, afetando a audição, pois parecem apresentar surdez para sons específicos, podendo também serem sensíveis a outros sons; existem também problemas reacionados

a visão, já que, mostram ter dificuldade para reconhecer os que os rodeiam. Referente ao tato, os autistas podem apresentar hipersensibilidade as dores, ou ter sensibilidade à dor nenhuma; quanto ao paladar e olfato, os autistas podem se mostrar indiferentes a cheiros e alimentos específicos

Existem ainda outras características comportamentais do indivíduo autista. Gómez & Terán (2014) destacam questões como: coordenação motora, linguagem, âmbito cognitivo, alimentação dentre outros. Na coordenação motora destaca-se a dificuldade que o autista tem em copiar atividades motoras simuladas por outros, se comportando da forma como já está acostumado no seu dia a dia e apresentando apego a objetos que lhe despertam interesse.; apresentam retrocessos na fala, podem falar como se estivesse cantando, não se interessando ao que o outro está verbalizando, repete as palavras, o que se chama de ecolalias; no campo cognitivo é dito que em tempo que determinados autistas possuem uma grande limitação para realizar as atividades, outros se destacam por uma habilidade admirável como, por exemplo, memorizar músicas, desenhos, números de telefone, entre outras; se tratando de alimentação é normal que rejeitem totalmente determinados alimentos ou que gostem demasiadamente de certos alimentos.

As desconexões existentes no cérebro do autista leva a que a elaboração das suas respostas e o modo como quer passar uma mensagem não consiga realizar-se do mesmo modo do que todos os que se dizem normais conseguem fazê-lo, dentro de um padrão geral definido socialmente para a comunicação e manifestação verbal e expressiva, da percepção, do que o mundo exterior lhes transmite, ou permite chegar. Podemos então entender que não existe ausência de comunicação (eles se comunicam de diversas formas, até pelos seus silêncios) [...] (CAVACO, 2014, p.44).

O indivíduo autista pratica a comunicação, mesmo que seja de forma diferente dos demais indivíduos, é papel dos que fazem parte do convívio com o autista, procurar desenvolver a compreensão sobre o que a criança quer comunicar, pois independente do modo o indivíduo está se comunicando.

Segundo a Sociedade do Autismo da América - ASA, as características visíveis nos indivíduos autistas:

Dificuldade de relacionamento com outras pessoas; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual – não olha nos olhos, aparente insensibilidade à dor – não responde adequadamente a uma situação de dor, preferência pela solidão; modos arredios – busca o isolamento e não procura outras crianças; rotação de objetos – brinca de forma inadequada ou bizarra com os mais variados objetos; inapropriada fixação em objetos; perceptível hiperatividade ou extrema inatividade – muitos precisam de material adaptado; insistência em repetição, resistência à mudança de rotina; não tem real medo do perigo (consciência de situações que envolvam perigo);[...] ecolalia (repete palavras ou frases em lugar da linguagem normal); age como se estivesse surdo - não responde pelo nome (FONSECA, 2014, p. 31).

Sendo assim, é preciso ter conhecimento sobre as várias características presentes no indivíduo autista para que dessa forma, saiba como agir, sem desrespeitar seu tempo e trabalhando para que seus pontos fortes sejam afluídos, atuando para que não haja exclusão ou preconceitos para com os mesmos.

Compreender o Autismo é abrir as portas para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento [...]. Os autistas não são antissociais... Simplesmente não os entendemos devido à nossa incapacidade de nos ajustarmos à diferença, seja ela que tipo for (CAVACO, 2014, p.46)

Entretanto, a procura por entendimento a respeito autismo não ajuda somente para o atendê-los inclusiva e conscientemente, ajuda também, no crescimento do desenvolvimento ensino-aprendizagem do educador atuante e educando que trabalha e estuda sobre essa questão.

Ao contrário do que se pensa, os estes indivíduos não são “antissociais”, o desinteresse por informações e de estudo sobre o Transtorno do Espectro Autista que causa essa sensação, é dessa forma que os pensamentos negativos e incapacitistas, acerca do diferente, têm origem.

É importante saber que o comportamento do autista é resultante de uma série de razões geradas pela dificuldade do processamento de informações, excesso de sensibilidade, mudança de rotina, razões físicas como mal-estar, cansaço ou fome, que em função das dificuldades de comunicação, levam à ansiedade, raiva e frustração (SALVADOR, 2015, p. 148).

Portanto, levando em consideração o grande abarcamento de diversos tipos de comportamentos autistas, há a necessidade de se realizar um estudo partindo do conjunto comportamental notado nos indivíduos para assim se realize a ação necessária e o trabalho educacional preciso para o caso, já que, segundo a literatura arremetida cada caso é diferenciado do outro.

Inclusão do Autista no Ensino Regular

Para que haja inclusão é preciso uma união entre todos que fazem parte da vida dos alunos com deficiência, como: educadores, pais, membros da comunidade e alunos.

Outro ponto importante sobre a inclusão no ensino regular é o currículo, sobre o ponto de vista de Ribas (2017, p. 78): “O currículo deve ser adaptado em sua íntegra, priorizando a necessidade do aluno, sendo possível inserir, eliminar, completar e ainda, criar novos objetivos alternativos, pensando sempre na garantia da aprendizagem”.

Portanto, entende-se que o objetivo da inclusão é possibilitar boas condições de aprendizagem para todos de forma que venha transformar as ações pedagógicas de todas as escolas que possuem ensino regular. A inclusão da criança e adolescente autista deve promover o desenvolvimento e o processo de ensino e aprendizagem aconteça, a criança ou adolescente não deve estar inserida na escola só por estar a educação deve acontecer de forma integral.

Nesse contexto, a abordagem pedagógica inclusiva é aquela em que o conhecimento é construído pelo sujeito e a aprendizagem, é um processo com tempo e ritmo diversificado, determinado pela qualidade da interação, do nível de participação e problematização, das oportunidades de vivenciar experiências, e de construir significados, elaborar e partilhar conhecimentos em grupos (OLIVEIRA, 2021).

Portanto, a escola, o professor e a família são peças chave para o aluno no desenvolvimento, aprendizagem e na formação social. Assim, para que a educação inclusiva aconteça é preciso que os professores saibam interagir com os alunos para que os mesmos saibam o motivo que eles foram inseridos no ambiente escolar.

Na visão de Souza (2018, p 47):

“Na educação inclusiva torna-se imprescindível que os educadores se coloquem como profissionais transdisciplinares, com conhecimento básico em cada área específico (fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, médico etc.). A escola inclusiva e toda a comunidade precisam estar envolvidas e o projeto pedagógico e as estratégias de sala de aula devem enfatizar o ensino, em vez de focalizar a deficiência do aluno preocupar-se com tipo de resposta educativa e proporcionar os recursos e apoios adequados”.

Contudo, as ações voltadas para os direitos do aluno com deficiência devem ser analisadas e avaliadas, para assim conseguir se fazer uma educação voltada para a inclusão. É preciso rever os objetivos traçados no planejamento escolar do ensino regular e adapta-lo de acordo as necessidades de cada criança e adolescente, bem como promover capacitação profissional para os docentes que irão trabalhar com crianças e adolescentes autistas. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área (SANTOS, 2018).

A escola tem função de investigar o diagnóstico da criança/adolescente pois, é o primeiro lugar de interação social da criança/adolescente separada de seus familiares, é aonde a criança/adolescente vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais, o autista encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular e essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo (CUNHA, 2016).

Uma maneira de melhorar a adaptação do aluno é adaptar o currículo de acordo com a necessidade da criança/adolescente autista, pensado em atividades práticas de forma lúdica, são essas atividades que irão ajudar o docente incluir o autista nas atividades em sala de aula. De acordo com Valle e Maia (2010, p. 23), a adaptação curricular se define como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”.

As adequações curriculares servem para flexibilizar e viabilizar o acesso às diretrizes estabelecidas pelo currículo regular e não possuem a intenção de desenvolver uma nova proposta curricular, mas estabelecer um currículo

dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.

Isso é facilmente realizado quando há disponibilidade do profissional da sala de recurso na escola, que contribui para que sejam planejadas as ações pedagógicas e o conteúdo que o aluno deve aprender (VALLE; MAIA, 2010). Flexibilizar o currículo 10 é criar vínculos entre educadores e pais, para que as atividades aconteçam de forma que sejam direcionadas para a educação do aluno com autismo.

A interação com a família é importante, esses laços ajudam o trabalho do professor com a criança/adolescente autista. Segundo Gauderer (2011), as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem.

Segundo Luckesi (2015, p. 27):

“Atividades que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem que agucem a sua consciência sensório motor, fino e grosso, como atividades que utilizem pinças, jogos com botões, garrafas pets, estimulando o toque em materiais fofos, como almofadas, entre outros. É provável que o aluno, no início de seu convívio com o professor, demonstre agressividade, desinteresse, porém, cabe ao educador criar estratégias que diminuam essas problemáticas e conduzir os conteúdos pertinentes ao seu desenvolvimento. Trabalhar com crianças com autismo é um desafio diário. O professor terá que perceber as dificuldades, as limitações e as potencialidades, gostos e estímulos que mais o auxiliarão a atingir os objetivos com esses alunos”.

Nota-se que trabalhar com o lúdico facilita o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança/adolescente autista bem como ajuda na capacidade psicomotora, utilizando atividades lúdicas é proporcionar novas experiências tanto para a criança/adolescente como para o professor.

O Papel do Professor

O professor precisa ser consciente do importante papel que exerce ao dar início ao processo de inclusão de um indivíduo com necessidades educacionais

especiais adjuntas ao autismo infantil. Um educador com habilidade proporcionar várias oportunidades: como cada indivíduo autista processa a informação e quais abordagens de ensino são mais eficazes, devido à singularidade de seus pontos fortes, interesses e habilidades em potencial.

É necessário que se repense a formação de educadores especializados, com a finalidade de que os mesmos tenham capacidade de trabalhar em distintas situações e possam adotar uma posição primordial nos programas de precisões educativas especiais. Precisa-se fazer uma adaptação na formação inicial não categorizada, abrangendo todas as formas de deficiência, antes de se seguir por uma formação especializada em áreas referentes a deficiências específicas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 27).

Dando continuidade ao pensamento, Fumegalli fala que (2012, p. 40), a formação continuada deve ser alvo de aperfeiçoamento de qualquer educador, uma vez que o professor deve seguir o processo de evolução global, alocando a educação no contexto atual, de forma que a torne sempre mais interessante para o educando, com a finalidade de que haja a compreensão de que, na instituição de ensino, ele apura seu conhecimento. É nesse processo que o educador tem a possibilidade de ver e rever sua metodologia pedagógica, as táticas aplicadas na aprendizagem dos discentes, os erros e acertos desse método definir de forma mais precisa, retomar e modificar sua ação de acordo com as precisões dos educandos.

O educador deve desempenhar métodos de aprendizagem para que o educando autista consiga sua comunicação e seu desenvolvimento. O conteúdo do programa de um indivíduo autista deve concordar com seu desenvolvimento e potencial, se adequando a sua idade e seus interesses; a educação é o principal ponto a se alcançar, e sua ininterrupção é muito imprescindível, para que sejam independentes. Trabalhar com discentes autistas determina o emprego de práticas e metodologias pedagógicas que englobem todos e respeitem as diferenças. “A incapacidade de desenvolver um relacionamento interpessoal se mostra na falta de resposta ao contato humano e no interesse pelas pessoas, associada a uma falha no desenvolvimento do comportamento normal, de ligação ou contato. Na infância, estas deficiências se manifestam por uma inadequação no modo de se aproximar, falta de contato visual e de resposta

facial, indiferença ou aversão a afeto e contato físico” (Gauderer, 2011, p. 14). Esta conduta, diversas vezes, por vezes é incompreendida pela comunidade escolar.

Os manifestos em decorrência do autismo podem induzir a rejeição por quem desconhece as características desse transtorno. Logo, as provações de trabalhar com um educando autista são amplos, carecendo de ampla noção e organização para seu acompanhamento. Além de formação acadêmica, são de extrema importância que o educador seja sensível e para o aprendizado e compreensão do trabalho com o educador autista.

Considerações Finais

Posterior a elaboração da referida pesquisa notou-se que o autismo ainda causa receio em diversos educadores, porém a passos lentos o processo de inclusão escolar vem se concretizando. Todos possuem direito a um ensino que supra às necessidades fundamentais de aprendizagem.

Dessa forma, é possível afirmar que para que uma criança/adolescente autista tenha desenvolvimento a educação tida como o instrumento básico é por meio dela que a criança/adolescente absorve conhecimento tanto das matérias escolares quanto atividades do dia a dia, desenvolver recreações para crianças/adolescentes autistas é uma atividade complicada, porém, é possível ter uma vida com maior independência e leve uma vida de qualidade. Para desenvolver suas atividades o educando autista necessita de uma estrutura escolar eficiente e profissionais preparados e qualificados em todos os âmbitos do processo educativo.

O processo de inclusão do indivíduo autista apresentou notáveis avanços, assim como sua adaptação no ensino regular, necessitando de capacitação e profissionalização dos educadores, pois, entre as dificuldades percebe-se que a desinformação é um ponto que torna difícil a identificação das necessidades dos discentes autistas durante as atividades básicas em sala de aula.

Notou-se que a necessidade de procurar novas metodologias pedagógicas e sociais pontuais para a educação do educando autista, pois, é determinante não permitir que o isolamento faça parte da sua rotina, é

necessário que os educadores procurem métodos pedagógicos que propiciem a interação e a socialização do indivíduo, para que o mesmo consiga viver em sociedade e participe das atividades escolares.

Enfim, pode-se concluir que efetivar a abrangência no ensino regular é plausível, porém cheia de desafios, pois, para incluir alunos autistas nas instituições de ensino é necessário adequação dos ambientes ou salas de aula, adaptação do currículo e as metodologias a serem utilizadas, assim como investimentos em capacitação e formação dos professores para que assim e tenha ciência das precisões da criança/adolescente autista, afim de fazê-la ter confiança no ambiente escolar.

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (1995). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM IV, 4ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação Inclusiva: A Escola. Brasília, 2004, P.7
- BARBOSA, Amanda Magalhães; ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; MEDEIROS, Kesia Natália;
- Brasil, MEC. (1996). Lei de Diretrizes e Bases no 9394/96. Brasília: MEC.
- Brasil. (1999). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.
- CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de Asperger. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, ano 13, n. 3, p. 296-299, 2018.
- CUNHA, E. Autismo e educação escolar: um olhar psicopedagógico. Revista Científica Contexto/Facnec, ano 1, n. 1, jun. 2016.
- FERRARI, P. Autismo infantil: o que é e como tratar. São Paulo: Paulinas, 2017.
- FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos? Ijuí, 2020.
- FREIRE, Paulo. A pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAUDERER, E. C. Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento – Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. São Paulo: Sarvier, 1985.

GONZÁLEZ REY, F. L. Sujeito e Subjetividade. São Paulo: Pioneira, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOUAISS, Antonio (1915-1999), VILAR, Mauro de Sales. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Objetiva, 2009.

KHOURY, Lais Pereira. Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar. São Paulo, 2014, P. 6; 9; 15

LUCKESI, C. C. Ludicidades e atividades lúdicas: uma abordagem a partir das experiências Internas. Nativa - Revista de Ciências Sociais, nº 2, 2015.

NOGUEIRA, Ruth Kesia Silva. O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO. Curitiba, 2013. P.7,9

NOGUEIRA, Marco. Em defesa da política. São Paulo: Editora Senac, 2001.

NUNES, José Albino. Conhecendo o transtorno do espectro autista. João Pessoa, 2017, P. 5;7.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismoe-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 23 de dez. de 2021.

PLATÃO (427-347 a.C.). Diálogos III – A República. Tradução de Leonel Vallandro. Rio de Janeiro, Ediouro. SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. ed 3. SP: Autores associados. 2008.

RIBAS, João Batista Cintra. As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira. Brasília: CORDE, 2017.

RODRIGUES, David. O que é a Inclusão? Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-que-e-a-inclusao-1628577>. Acessado em: 22/12/2021.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão - Um guia para educadores. Ed.Artmed. 2019.

SANTOS, H. T. Investigação dos processos de aprendizagem: contribuições para uma intervenção pedagógica no âmbito das relações sociais. Brasília: 2008. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TACCA, Maria Carmen Villela Rosa. Estratégias pedagógicas: conceituação e desdobramentos com o foco nas relações professor-aluno. Alinea: São Paulo, 2016.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. Aprendizagem e comportamento humano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.